



Conselho Nacional de Justiça

PARECER DE MÉRITO Nº 0001592-89.2012.2.00.0000

RELATOR : CONSELHEIRO JORGE HÉLIO CHAVES DE OLIVEIRA
REQUERENTE : CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
REQUERIDO : CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
ASSUNTO : CJF - OFÍCIO N.º CF-OFI-2012/01284 - SOLICITAÇÃO - ABERTURA - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - PAGAMENTO - DESPESAS OBRIGATÓRIAS - SENTENÇAS JUDICIAIS - TRÂNSITO EM JULGADO - LIQUIDAÇÃO - PRECATÓRIOS - CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ARTIGO 100 - RECOLHIMENTO - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DA UNIÃO - PSS - AÇÃO ORÇAMENTÁRIA 00G5.

EMENTA: PARECER DE MÉRITO EM SOLICITAÇÃO DE CRÉDITOS ADICIONAIS. CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL. INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS PARA PAGAMENTO DE DESPESAS COM PRECATÓRIOS E DECORRENTES CONTRIBUIÇÕES DA UNIÃO AO CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES. AMPARO NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS. URGÊNCIA. MANIFESTAÇÃO *AD REFERENDUM*.

1. As dotações orçamentárias destinadas ao pagamento de débitos relativos a Precatórios e decorrentes contribuições à Previdência são descentralizadas aos Tribunais que proferirem as decisões exequiendas.
2. Caso o valor descentralizado seja insuficiente para o pagamento integral do débito, cabe ao Tribunal providenciar a complementação das dotações descentralizadas.
3. Os créditos solicitados são necessários para pagamento de compromissos neste mês de abril – Urgência.
4. Parecer favorável, *ad referendum*.

PARECER/OFÍCIO Nº /2012

Trata-se de solicitação de créditos adicionais - suplementares e especiais -, formulada pelo CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL e encaminhada à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SOF, dentro da competência assegurada pelo Art. 99, § 2º, Inciso I, da Constituição Federal.

Concomitantemente, foi encaminhada a este Conselho, por meio do **Ofício CF-OFI-2012/01284, de 28 de março de 2012**, para emissão do parecer exigido pelo art. 53, § 12 e pelo art.



Conselho Nacional de Justiça

54, §§ 5º e 6º da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2012- e pelo art. 2º da Resolução CNJ 68, de 03 de março de 2009.

Os créditos adicionais solicitados destinam-se a suprir deficiência de recursos para o pagamento de despesas nas ações orçamentárias 0005 - Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) e 00G5 – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor.

O valor solicitado, com oferecimento de recursos compensatórios no mesmo valor, monta **R\$ 11.232.660,00** (Onze milhões, duzentos e trinta e dois mil, seiscentos e sessenta reais), sendo **R\$ 2.170.990,00** para o pagamento de precatórios e **R\$ 9.061.670,00** para o recolhimento de contribuições da União ao regime de previdência.

São créditos suplementares, a serem abertos por decreto do Poder Executivo, no valor de **R\$ 10.281.910,00**, e créditos especiais, a serem abertos por Lei, no valor de **R\$ 950.750,00**.

Informa a Secretaria de Planejamento e Orçamento do Conselho da Justiça Federal, por intermédio do Ofício Nº CF-OFI-2012/01548, de 10 de abril de 2012, que os créditos ora solicitados são necessários para o pagamento de compromissos com vencimento a partir deste mês de abril, solicitando a análise deste pleito pelo CNJ em tempo hábil de se proceder a abertura dos créditos ainda no presente mês.

Nos termos do § 1º do art. 3º da Resolução CNJ Nº 68/2009, encaminhei os autos ao Departamento de Acompanhamento Orçamentário para emissão de Nota Técnica e Proposta de Parecer.

Aquele departamento emitiu a Nota Técnica nº 1/DOR, de 13 de abril de 2012, analisando o pleito e manifestando-se **favorável** ao seu atendimento. Reconheceu, também, o caráter de urgência, opinando pela emissão do parecer *ad referendum*.

É o Relatório. Opino.

Preliminarmente, conheço da solicitação de crédito adicional em exame. A proposta observou o art. 53, § 12 e o art. 54, §§ 5º e 6º da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2012- e o art. 3º da Resolução CNJ 68, de 03 de março de 2009.

No mérito, consigno que as dotações orçamentárias destinadas ao pagamento de



Conselho Nacional de Justiça

débitos relativos a precatórios e requisições de pequeno valor foram incluídas na Lei Orçamentária Anual – LOA 2011- Lei nº 12.595/2012, no Órgão Orçamentário denominado “Encargos Financeiros da União” e nas Entidades da Administração Pública Federal Indireta.

Por força da Lei 12.465/2011 – LDO 2012, no início do exercício, essas dotações foram integralmente descentralizadas aos Tribunais que proferiram as decisões exequendas, ressalvadas as hipóteses de causas processadas pela justiça comum estadual (art. 27, § 1º).

As dotações descentralizadas revelaram-se insuficientes para o pagamento integral dos compromissos. Nessa situação, compete ao Tribunal, por meio do seu órgão setorial de orçamento, providenciar junto à Secretaria de Orçamento Federal – SOF, a complementação da dotação (art. 27, § 2º). Cabe, portanto, ao Conselho da Justiça Federal, órgão setorial de orçamento da Justiça Federal, o encaminhamento do presente pleito.

Por outro lado, houve sobras de dotações para pagamento de compromissos do órgão orçamentário Encargos Financeiros da União e de algumas Entidades da Administração Indireta, as quais foram oferecidas como compensação (remanejamento) na abertura dos créditos solicitados.

A abertura dos créditos suplementares por decreto do Poder Executivo encontra respaldo no art. 54 da LDO 2012, e na LOA 2012, art. 4º, inciso IV. Os créditos especiais serão objeto de projeto de lei a ser elaborado e encaminhado ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo, nos termos do art. 53 da LDO 2012.

Observe-se aqui que, apesar de o Poder Judiciário ser o gestor do sistema de precatórios, a dívida a ser satisfeita nas execuções em curso nos Tribunais Regionais Federais pertence a outros órgãos da Administração Pública direta e indireta da União, tanto assim que a iniciativa legislativa, seja para os créditos suplementares, seja para os especiais, é do Poder Executivo, não havendo questão de controle da atividade administrativa ou financeira de órgãos do Poder Judiciário a ensejar a atuação deste Conselho.

Não se desconhece o papel reservado pelo constituinte derivado reformador ao Conselho Nacional de Justiça, principalmente no que diz respeito à necessidade de efetivação da autonomia financeira do Poder Judiciário de que cuida o artigo 99 da Constituição.¹ Tampouco se

¹ Art. 99. Ao Poder Judiciário é assegurada autonomia administrativa e financeira.



Conselho Nacional de Justiça

pretende isentar o Conselho Nacional de Justiça de opinar nas propostas legislativas de iniciativa do próprio Poder Judiciário que tenham repercussão orçamentária, pois, neste caso, releva-se sua função de órgão central de planejamento e gestão estratégica.

No caso presente, nada ou muito pouco se tem de gestão judiciária a ensejar manifestação do Conselho Nacional de Justiça, ou seja, o presente parecer, de parecer nada tem, mas mera chancela obrigatória de um encontro de contas ou operação orçamentária que não guarda relação com a administração do Poder Judiciário.

É dizer, a manifestação deste Conselho em casos como o de que ora se cuida é mera etapa burocrática formal desnecessária, pois, em caso de posicionamento favorável ao pleito do Conselho da Justiça Federal, a Chefia do Poder Executivo não está obrigada a propor o projeto de lei ou editar o decreto de sua competência. Do mesmo modo, um parecer eventualmente desfavorável não a impede de fazê-lo.

Enfim, a exigência legal de manifestação prévia do Conselho Nacional de Justiça nos pedidos de complementação de dotações orçamentárias para fins de pagamento de precatórios relativos a dívidas de outros órgãos da Administração Pública direta e indireta da União é de inteligência turva ou duvidosa.

Por esta razão, é de se cogitar a supressão, nas disposições da próxima Lei de Diretrizes Orçamentárias, da necessidade de intervenção deste Conselho Nacional de Justiça nos procedimentos para fins de complementação de créditos orçamentários voltados à quitação de precatórios relativos a dívidas de outros órgãos da Administração Pública.

Mas não é só este o inconveniente deste tipo de procedimento. É de se ressaltar também que a insuficiência de créditos para pagamentos de Precatórios com vencimento já no mês de abril corrente, conforme manifestação do Secretário de Planejamento, Orçamento e Finanças do CJF, requer providências imediatas de envio do Parecer à Secretaria de Orçamento Federal, para que o processo dê seguimento em tempo hábil para a abertura e a descentralização dos créditos adicionais até a data de vencimento dos compromissos.

Tendo em vista o calendário de reuniões deste Conselho, cuja próxima sessão plenária está prevista para o dia 8 de maio de 2012, posterior, portanto, ao vencimento de



Conselho Nacional de Justiça

compromissos para os quais são necessários os créditos solicitados, faz-se necessário que se profira a decisão *ad referendum* do órgão colegiado, o que não é ideal, mas indispensável na circunstância do caso concreto.

A despeito disso, a Resolução CNJ N° 68/2009, em seu art. 3° § 2°, autoriza o Relator a emitir Parecer *ad referendum* sempre que verificada a impossibilidade de a matéria ser submetida ao Plenário em tempo hábil ao atendimento do prazo de encaminhamento do Parecer à SOF e estando a respectiva proposta adequadamente instruída, devendo solicitar a inclusão da matéria na pauta da sessão subsequente à data da emissão do parecer. Este procedimento também encontra respaldo no Regimento Interno deste Conselho, art. 25, inciso XI.

ISTO POSTO, conheço da presente solicitação para emitir, *ad referendum*, nos termos do Inciso XI do art. 25 do Regimento Interno deste Conselho e do § 2° do art. 3° da Resolução CNJ N. 68/2009, **parecer favorável** ao atendimento do crédito adicional solicitado.

Intime-se o requerente.

Cópia deste servirá como ofício a ser remetido com urgência à SOF.

Inclua-se na pauta da próxima Sessão deste Conselho.

Conselheiro **Jorge Hélio Chaves de Oliveira**
Relator